

**UGEIRM recupera aposentadoria especial**  
 Páginas 9 e 10



**Sindicato defende convocação de todos os aprovados**  
 Página 13

# Paralisação forte, categoria forte

Os policiais civis gaúchos deram demonstração de força e unidade para protestar contra o encerramento, por parte do governo, de negociação em torno de reajuste emergencial para a categoria. Todas as delegacias e departamentos de Porto Alegre, região metropolitana, e praticamente a totalidade do interior aderiram à paralisação dos dias 28 e 29 de setembro. O Conselho de Representantes da Ugeirm aprovou indicativo de greve para março de 2012. **Páginas 5 a 8.**



## Por que verticalidade

Em 1992, criou-se um abismo com o fim da verticalidade de salários na Polícia Civil. Ao passo que delegados incorporaram a gratificação de risco e tiveram ganhos equivalentes ao de procuradores do Estado, os agentes não só amargaram perdas que até hoje não recuperaram, mas testemunharam o achatamento de seus contracheques através de sucessivos governos.

Collares cortou parte da gratificação de risco. Brito deu calote nos 19%. Demorou o governo Olívio inteiro para termos restituídos os 222% em parcelas. A matriz salarial no governo Rigotto distribuiu migalhas. Yeda decidiu aumentar a diferença nos salários e engordou contracheques dos altos salários em geral.

Os policiais civis estão cansados de ser enganados. É um erro acreditar que a Ugeirm não quer delegados bem remunerados. Quer sim. A verticalidade é a circunstância que apaziguaria ânimos de todos, sepultaria antigos ressentimentos e projetaria perspectivas reais de unidade de uma categoria. Somos policiais civis. O abismo não nos fortalece.

Durante um debate na TV, o presidente da Ugeirm insistiu no assunto e o mediador dirigiu a pergunta ao presidente da Asdep. "Alguns delegados são contra a verticalidade", respondeu Wilson Müller. "Eu não consigo acreditar como um delegado, que trabalha ao lado de um agente, consegue ser contra", replicou Ortiz.

Posições institucionais são importantes: a Ugeirm defende a verticalidade, porque acredita ser esta solução que a todos atenderia, inclusive para prosseguir em permanente e continuada campanha por melhorias salariais. Por muito tempo, reverberou junto a uma parte da categoria, sabe-se lá por quais razões, a falsa ideia de que a Ugeirm divide policiais civis.

É passada a hora de acabar com esse baile de máscaras. Não se pode transformar quem protege investigadores, inspetores e escrivães no agente opressor de toda uma categoria. É como culpar negros pela escravidão, mulheres pelo espancamento ou crianças pelo abuso sexual.

Ninguém quer que juízes, promotores ou procuradores da PGE ganhem mal, mas é preciso ter força política suficiente para demonstrar a efetiva vilania que representa um subsídio de 24 mil reais por mês quando nós, em atividade de risco, temos 2 mil para mal sobreviver. A verticalidade é uma nova certidão de nascimento, respeito e confiança recíproca.

## Onde está o dinheiro público?

Neiva Lazarotto \*

Onde está o dinheiro público? A dívida comeu e ninguém viu. Servidores públicos reivindicam reajuste e implantação do piso salarial e os governantes respondem: falta dinheiro. É história mal contada!

O que eles não dizem é que hoje o grande "gato" dos recursos públicos nos Estados Unidos, Europa e Brasil, é a dívida pública. Dívida que ninguém sabe quando começou, quanto já foi pago, quem se beneficia e, principalmente, por que quanto mais se paga, mais ela cresce. A ponto de levar países ao colapso.

Pasmem! Não bastasse o grave problema da corrupção de Brasília aos municípios, um tema passa despercebido em nosso cotidiano: a dívida é hoje a prioridade número 1 do Estado Brasileiro. Do Orçamento Geral da União de 2010, de R\$ 1,4 trilhão, R\$ 635 bilhões foram para pagamento de juros, amortizações e refinanciamento da dívida. São 44,93%!

Já para a saúde foram 3,91%, educação 2,89% e para a segurança 0,56%. Transferências para todos os

Estados e os municípios totalizaram apenas 9,24%.

Ainda assim, a dívida pública brasileira interna chega a R\$ 2,38 trilhões e a externa a R\$ 389 bilhões. É por isso que os governos cortam gastos para obter o tal "superávit primário", isto é, "a economia feita pelos governos federal, estaduais e municipais para pagar os juros da dívida". Somente no primeiro semestre de 2011, o superávit chegou a R\$ 78,19 bilhões e a meta é alcançar R\$ 117,9 bilhões no ano.

Em agosto me deparei com duas notícias afins. Uma, de que o governo Dilma terá que enfrentar no segundo semestre a votação de temas indigestos como a Emenda 29 (recursos para a saúde) e a criação do piso salarial para policiais.

A outra, de que secretários de Planejamento de 22 estados aprovaram a Carta de Gramado, defendendo a renegociação das dívidas dos Estados com a União. Só a do Rio Grande do Sul é de R\$ 40 bilhões. Eles propuseram ainda o ressarcimento de 50% das perdas de ICMS em decorrência das desonerações da Lei Kandir (1994 para cá).

Chama a atenção na Carta que a

implantação do Piso da Educação gera risco para os Estados como a extrapolação dos limites da LRF e a consequente necessidade de exoneração de servidores. Em tempos em que a Educação e a Segurança lutam pela implementação de seus pisos salariais, isto soa como uma ameaça.

Tem sido assim: ameaças para servidores e garantias para empresários e banqueiros "fora da lei". Foi assim no pacote e nas declarações do governador Tarso de que é impossível renegociar os contratos das isenções fiscais, como Azaleia e GM, pois geraria insegurança para os empresários.

É preciso uma redistribuição do orçamento. Do contrário, a dívida continuará sendo a grande chaga dos recursos públicos. Por isso, é muito importante o movimento iniciado por alguns sindicatos, como a Ugeirm, de constituir o Núcleo Gaúcho da Auditoria Cidadã da Dívida, com o objetivo de estudar o tema da dívida da União e dos Estados para subsidiar nossas lutas e enfrentar o debate sobre o Estado e suas prioridades.

\* Neiva Lazarotto é dirigente do Cpers e da coordenação da Intersindical.



### ARARA

#### Campainha

Dois delegados de Uruguaiana e um de Santiago instalaram campanhas em suas mesas para comunicação com agentes. A postura não condiz com relação profissional que deve se pautar pelo respeito recíproco. O sindicato levou o assunto ao Palácio da Polícia e a Chefia determinou a retirada das campanhas.

#### Bastidores

Foi forte a pressão da PGE e de setores da administração para que o decreto da aposentadoria especial não contemplasse integralidade e paridade. Esta última, inclusive, foi exigida pela Ugeirm após a primeira versão do compromisso formal do governo

#### Atribuição

Numa outra cidade, uma otoridade cobrou relatório de inquérito que ele

mesmo deveria fazer. "Lembre que você está em estágio probatório", ameaçou. O detalhe é que o delegado também está em probatório. Outra otoridade, veterana, disse para um agente. "Tu não é homem, é uma ameoba". Precisamos de lei para assédio moral.

#### Promoções

A próxima lista de promoções tem que ser publicada no dia 3 de dezembro. Não é possível mais conviver com sucessivos atrasos – a última publicação acumulou três listas. A Ugeirm cobra ainda critérios objetivos para a promoção por merecimento, para extinguir apadrinhamentos.

#### Verticalidade

É possível haver segmentos na Polícia Civil que sejam contrários à volta da verticalidade?

#### Autonomia financeira dos poderes

O reajuste de 12% do Judiciário trouxe à tona, novamente, a questão da autonomia financeira dos poderes. No que se

refere a reajuste salarial, tal autonomia representa um deboche para com os servidores do Executivo.

#### Sobreaviso

A quantas anda o processo de implantação da volantes nas regiões policiais? A maioria dos agentes não aguenta mais trabalhar em escalas de plantão perpétuas.

#### Concurso

Difícil compreender os movimentos do governo estadual para a nova turma de policiais. A demora no início do curso de formação na Acadepol e falta de garantia sobre o aproveitamento dos excedentes terá consequências desastrosas: nosso déficit de efetivo é absurdo.

#### Concurso II

Falando em curso de formação, e a nova Academia de Polícia? O novo curso será realizado, mais uma vez, nas instalações obsoletas e inadequadas da Acadepol do bairro Navegantes.

# Policiais não devem desistir de ação do adicional de férias

Estado condiciona pagamento administrativo até 2013 sem juros e correção a quem desistir de ação judicial.

**O**s policiais que têm ação ajuizada para reaver o desconto indevido sobre o adicional de férias não devem assinar termo de adesão ao calendário de pagamento proposto pelo Estado. Além de não pagar juros e correção monetária, o parcelamento até 2013 deve coincidir com a decisão para pagamento das ações, já que a matéria já foi pacificada pelo judiciário.

A orientação é do escritório Bergamaschi Advogados Associados, contratado pela Ugeirm para o ajuizamento das demandas individuais de policiais civis. O pagamento administrativo, sem juros e correção monetária, pretende quitar em parcelas – novembro/11, maio/12, novembro/12 e maio/13 – média de 500 reais. É um golpe desesperado do Estado.

Calcula-se, em média, que os juros e correção devidos vão aumentar o valor a ser restituído judicialmente para 2 mil ou 2,5 mil reais. Com possibilidades de recursos muito reduzidas, a expectativa

é de que decisões de pagamento aconteçam em 2013. Portanto, quem assinar o termo de adesão perde dinheiro e não ganha no prazo.

Também é incorreta a informação, publicada pela imprensa, de que a desvantagem das ações judiciais é ter um precatório sem data de pagamento. O valor, em todos os casos, é de pequena monta, logo não haverá execução nesta modalidade. A execução sempre será por Requisição de Pequeno Valor (RPV) – e o valor estimado é inferior a sete salários mínimos, cuja quitação deve ser feita em 30 dias, segundo a lei.

O Estado foi orientado há mais de um ano a pagar o que descontou indevidamente sobre os adicionais de férias dos últimos cinco anos. É o parecer 15.362 da PGE. Porém, o pagamento é sem juros e sem correção. A Secretaria de Fazenda demorou mais de um ano para anunciar pagamento – por isso as ações foram ajuizadas – e o fez somente agora, parcelando o débito até 2013.



## Como estão as ações do vale-refeição e etapa de alimentação

As ações que pretendem a correção do vale-refeição para policiais civis continuam sendo sobrestadas (andamento suspenso) pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul até que o STF julgue recurso extraordinário que teve repercussão geral acolhida pela Suprema Corte (RE 607607).

A PGE opinou pelo não conhecimento do recurso extraordinário e, se conhecido, pelo seu desprovimento. O processo está concluso com o relator, ministro Marco Aurélio Mello, desde o dia 31 de agosto.

Não é possível prever quando haverá desfecho da contenda no STF e, por

consequente, julgamento das diversas ações individuais de policiais civis que estão sobrestadas no TJ/RS. O escritório Bergamaschi Advogados Associados sustenta que, ao longo de anos, o benefício ficou sem a correção de índice inflacionário prevista na lei.

### Etapa de Alimentação

Lei de 2005 estabelece que a etapa de alimentação deve ser corrigida no mesmo ano e no mesmo índice do vale-refeição. Então, os valores que remuneram hoje os plantonistas estão defasados. É possível, embora ainda não seja certo, que as ações da etapa

de alimentação tenham desfecho mais célere que as do vale-refeição.

Isso porque, em todas as decisões proferidas pelo TJ/RS sobre a etapa de alimentação, ao contrário dos julgamentos emitidos para os processos do vale-refeição (parcial procedência), vêm tendo total provimento. O escritório Bergamaschi Advogados Associados explica que todo o período de reajuste requerido vem sendo integralmente concedido.

Todavia, no caso das ações do reajuste da etapa de alimentação, é o Estado que vem interpondo os recursos para levar a questão ao STF.

### Aposentados

Os policiais que se aposentaram nos termos da legislação vigente sem gozar licença-prêmio a que tinham direito podem reclamar, judicialmente, o pagamento da mesma. A matéria é pacificada pelo judiciário. Mas atenção: o direito só existe para quem já está aposentado e comprovar licença-prêmio não gozada. Informações: atendimento@bergamaschi.adv.br.

### Atendimento

O escritório Bergamaschi Advogados Associados realiza atendimento, por telefone, nas manhãs de segunda e de quarta-feira. O número é (51) 3072-2081. O atendimento pessoal é feito no período da tarde de segundas e quartas. O endereço eletrônico para contato é atendimento@bergamaschi.adv.br

## Parecer que impede policial de lecionar é ilegal

O parecer 15.480, da PGE, não observa o princípio da legalidade, passa ao largo de resoluções publicadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e constrange o policial civil que cumpre requisitos necessários ao exercício do cargo de professor no magistério público.

O policial prejudicado pela orienta-

ção do parecer da PGE deve recorrer ao escritório Bergamaschi Advogados Associados para ajuizar reclamação judicial. O entendimento do escritório é que o policial tem direito de assumir cargo de professor, seja como concursado, seja como substituto.

Diretores do sindicato ficaram

perplexos ao verificar os termos aprovados pelo Conselho Superior da PGE. Dizem os doutos procuradores que não exercemos função técnica – embora a lei assim sustente – porque a PGE interpretou o que leu no dicionário e entendeu que... não.

Traduzindo: manejar armas, decidir

quando usá-las, periciar armas, produzir laudos e atestados sobre diversos tipos de dano (requeridos por promotores e acolhidos por magistrados em juízo), bem como investigar crimes de diversas naturezas, é coisa que qualquer um faz e não demanda nenhuma técnica.

# Luta da Ugeirm quebra o gargalo das promoções

Aprovada lei que cria 1.541 novas vagas para promoção na Polícia Civil, incluindo agentes e delegados

Foto: Eduardo Seidl / Palácio Piratini

O sindicato, há mais de uma década, acusa terrível gargalo nas promoções de policiais civis. A cada lista de promovidos, com cerca de apenas 100 nomes, o desânimo era geral. Existem policiais que estão há mais de 15 anos na segunda classe. Um agente que ingressa hoje na Polícia precisaria trabalhar 45 anos para chegar a comissário de Polícia.



Sindicato conquista quebra de gargalo nas promoções

A realidade vai começar a mudar este ano. Foi aprovada lei que cria 1.541 novas vagas para promoção de policiais civis, incluindo agentes e delegados. Desse total, 40%, ou 616 novas vagas, serão criadas em dezembro deste ano. As demais vão ser abertas em dezembro de 2012 e dezembro de 2013. “Teremos perspectiva de ascensão na carreira”, frisa Isaac Ortiz, presidente da Ugeirm.

O reconhecimento do direito de aposentadoria especial também vai abrir vagas. Desde julho, mais de 200 agentes se aposentaram. Centenas que têm tempo para se aposentar aguardam a próxima lista, com total de 950 vagas

de promoção, para requerer merecida inativação. A Chefia de Polícia e a Secretaria de Segurança Pública anunciaram que a lista vai ser publicada no dia 3 de dezembro.

## Merecimento

A Constituição Estadual dispõe sobre critérios objetivos para a promoção por merecimento. Hoje, existe uma lista de pontuação, que historicamente é negligenciada. Os critérios, de fato, incluem apadrinhamentos e indicações políticas. Isso aconteceu nas últimas três listas que foram publicadas.

A pontuação tal qual existe hoje não é um critério perfeito. Mas, ao menos,

é um critério. Policiais do interior têm menos possibilidades de participar de cursos que contam pontos. Muitos não podem nem cogitar afastamentos em decorrência do terrível déficit de efetivo. Tais policiais são injustiçados.

Enquanto critério objetivo para aferir merecimento não for alterado, não se pode tolerar mais poder discricionário que não atende a critério nenhum. Isso atenta contra a impessoalidade das relações que devem pautar o proceder do Estado. A Ugeirm defende, sim, mecanismos justos para a contagem de pontos. E esta pontuação precisa ser rigorosamente respeitada.

## Ugeirm encaminha reclamações à Chefia de Polícia

A Polícia Civil não pode mais ignorar a escravidão do sobreaviso. É verdade que algumas regiões policiais encaminharam soluções, mas ainda permanece sem perspectiva a situação de muitas delegacias. São policiais que não têm final de semana, tampouco noite de sono garantida – e nem horas-extras recebem.

A elevação da quota mensal que remunera a jornada extraordinária, de modo a permitir que policiais sejam contemplados com o limite máximo de 40 horas-extras, também é demanda urgente. O sindicato também defende a transparência na distribuição desses recursos nas diversas regiões policiais. “Ninguém pode trabalhar além de 40 horas-extras por mês, muito menos com sobreaviso sem nenhuma remuneração”, diz o presidente da Ugeirm.

Segundo expediente elaborado pelo DPI, a quota mensal para pagar a jornada extraordinária de policiais do interior deve ser aumentada das atuais 21 mil para 85 mil horas-extras. Hoje paga-se em média apenas 10 horas-extras, mas existem policiais que fazem 30 dias de sobreaviso. “É trabalho escravo, sem remuneração. E quem se recusar a cumprir é punido”, finaliza Ortiz

## Sindicato reclama interlocução de parlamentares junto ao Piratini

Deputados estaduais manifestaram apoio à reabertura de negociações entre governo e policiais civis.

A Ugeirm participou de uma série de audiências com deputados estaduais para reabrir canais de negociação com o Palácio Piratini. Além do presidente da Assembleia Legislativa, Adão Villaverde, foram realizadas audiências com a líder do governo, Míriam Marroni (PT), e com outros líderes de bancadas: Gerson Burmann (PDT), Cassiá Carpes (PTB), Heitor Schuch (PSB) e Raul Carrion (PC do B).

O presidente da Ugeirm, Isaac Ortiz, salienta que o governo encerrou, unilateralmente, a negociação em torno do reajuste emergencial, afinal remetido com proposta de 91 reais em duas parcelas (outubro/11 e abril/12). “Queremos a definição de política salarial, verticalidade de salários entre agentes e delegados, plano de carreira, efetivo, horas-extras, fim do sobreaviso. Os deputados precisam se comprometer para pressionar o Executivo”.

Em todas as audiências, o sindicato colheu apoio para a reabertura de negociações. Por ora, não está definido nem mesmo o aporte de recursos para



a próxima matriz salarial. A lei determina que os recursos devem ser distribuídos no mês de março. A Ugeirm defende o aporte de 400 milhões de reais e não vai aceitar, em nenhuma hipótese, a manutenção de abismos salariais.



“Precisamos ter a volta da verticalidade. Nós não somos contrários ao reajuste de delegados de Polícia. A categoria não vai aceitar, todavia, que haja novo abismo, tal qual o que foi criado em 1992. A Polícia Civil é uma só. Não se pode

tratar de forma diferenciada servidores policiais. Nenhuma delegacia de Polícia funciona somente com delegados”, acrescenta Ortiz.

## Plano de carreira

O governo ainda não deu início às discussões para criar um plano de carreira. Comprometeu-se a negociá-lo, mas nenhuma providência efetiva foi tomada. A descrição de atribuições de nível superior, o estabelecimento de interstícios para promoções e outras questões que valorizam a carreira do policial civil devem ser observados.

O Palácio Piratini antecipou disposição em incorporar penduricalhos ao vencimento básico dos agentes policiais. Passados mais de 30 dias desse compromisso ter sido firmado, nada aconteceu. “Precisamos valorizar de fato a carreira e os salários dos policiais civis. A categoria está unida e o governo tem tempo suficiente para encaminhar providências e soluções até março de 2012, para quando já temos indicativo de greve aprovado.

# Policiais realizam paralisação histórica

Ugeirm registra adesão total nos dias 28 e 29 de setembro e aprova indicativo de greve para março de 2012

Nenhuma demonstração de força, coesão e unidade poderia ser mais contundente que a realizada pelos agentes policiais gaúchos nos dias 28 e 29 de setembro. A adesão à convocação da Ugeirm em Porto Alegre, na região metropolitana e nas 29 regiões policiais do interior foi maciça – veja imagens nas próximas páginas.

O governo apostou na divisão. Num primeiro momento, tratou de separar a mobilização pelo reajuste emergencial, construída na sede da Ugeirm juntamente com entidades representativas de praças da Brigada Militar desde 16 de junho. Mas uma das entidades que representa brigadianos decidiu aceitar a proposta do governo.

“Manobra divisionista idêntica foi tentada pelo governo, sem sucesso, para dispersar a unidade dos policiais civis. Foi um rotundo fracasso tal tentativa articulada pelo Piratini, aliás”, diz Fábio Castro, vice-presidente. A Ugeirm postulava, entre outras reivindicações, aumento - dos 91 reais para 120 reais no vencimento básico – no reajuste emergencial. Mas o governo encerrou, unilateralmente, a negociação.

## Reajuste de 91 reais

A Assembleia Legislativa deve votar, em novembro, o PL 331. Os 91 reais serão divididos em duas parcelas. A primeira,



Manifestantes fecham pista da Av. Ipiranga, em frente ao Palácio da Polícia

de 40 reais, será creditada no vencimento básico de outubro deste ano. A segunda, de 51 reais, somente em abril de 2012.

O índice emergencial vai significar, ao final de seis meses, entre 10,5% e 13,5% para investigadores, inspetores e escrivães. Por acordo, os comissários de Polícia não vão perceber nenhum índice neste momento, pois defendem tratamento isonômico com capitães da Brigada Militar – e ainda não houve negociações com oficiais.

Até o presente momento, o governo não deu início ao plano de carreira, à definição de política salarial com verticalidade, tampouco definiu aporte de recursos para a matriz salarial de março 2012. O sindicato quer reabrir negociações e busca interlocução junto a parlamentares na Assembleia Legislativa.

## Indicativo de greve

O Conselho de Representantes da Ugeirm avaliou como excelente a paralisação dos dias 28 e 29 de setembro. Decidiu, por maioria, reiterar sua pauta de reivindicação ao governo (veja quadro nesta página) e aprovar indicativo de greve para março de 2012. Até lá, atividades regionalizadas serão realizadas para construir um movimento forte.

A última greve da categoria data de março de 2004. “Queremos a definição de política salarial para os próximos anos e a verticalidade de salários de agentes e delegados. Temos os piores vencimentos do comparativo nacional de salários. Esta realidade precisa mudar e nós queremos um calendário, com reajustes definidos ano a ano”, diz Isaac Ortiz, presidente do sindicato.



Centenas de policiais compareceram à frente do Palácio da Polícia nos dias de paralisação, conferindo visibilidade ao protesto



## Indicativo de greve

O indicativo de greve, para março de 2012, tem reivindicações claras. Até o momento, o governo não reabriu negociações com a categoria, tampouco cumpriu com compromissos assumidos:

**Salário** - Definição de política salarial para os próximos anos, com indicação concreta de ganhos ano a ano. O governo não indicou aporte de recursos para a matriz salarial de 2012.

**Matriz** - O governo se comprometeu a revisar fatores de recomposição da matriz para corrigir distorções, mas não houve providência nesse sentido.

**Verticalidade** de salários da Polícia Civil, incluindo agentes e delegados.

**Plano de Carreira** - O governo se comprometeu a encaminhar o assunto, mas não foram iniciadas discussões sobre o assunto.

**Risco de Vida** - Viabilizar a incorporação da gratificação de risco ao vencimento básico. O governo se comprometeu a realizar cálculos, mas não os apresentou até o momento.

**Horas Extras** - Aumento da quota mensal de horas extras e transparência na distribuição dos recursos que remuneram a jornada extraordinária.

**Promoção** - Respeito às datas de promoção e a definição de critérios objetivos para aferir o merecimento. A categoria não aceita mais critérios políticos e apadrinhamentos.

**Aposentadoria** - O governo precisa, com urgência, readequar o decreto para permitir a revisão dos benefícios de quem se aposentou entre 2004 e julho de 2006.

**Efetivo** - Convocação de todos os aprovados do concurso da Polícia Civil. Há reconhecido déficit de pessoal, o que exige demonstração de tratamento prioritário para segurança pública.

# Policiais da Capital e do interior

Foto: Rafael Dias/A Razão



Santa Maria



10ª DP – Porto Alegre



Alegrete



Carazinho



Carlos Barbosa



Cruz Alta



Dom Feliciano



Flores da Cunha



Nova Bassano



Palmeira das Missões



Santiago



São Borja



São Gabriel



Uruguaiana



Vacaria

Foto: Antonia Lais/Cenário de Notícias

# Interior cruzam os braços



Camaquã



Canoas



Bagé



Denarc – Porto Alegre



Dom Pedrito



Alvorada



DPPA – Novo Hamburgo



Lajeado



Santana do Livramento



Osório



Passo Fundo



Rodeio Bonito



São Jerônimo



Silveira Martins



Veranópolis

Foto: A Platéia

Foto: Alvaro Henkes/Diário da Manhã



Cachoeira do Sil



15ª DP – Porto Alegre



Caxias do Sul



19ª DP – Porto Alegre



Erechim



Frederico Westphalen



Ijuí



Jaguari



Pelotas



Santa Cruz do Sul



Santa Rosa



Santo Ângelo



Soledade



Tapera



Taquara

Foto: Marcos Silva – Folha do Nordeste

# Ugeirm recupera aposentadoria especial

Ao longo de dez anos, sindicato liderou denúncia contra constrangimento de direito

**C**redibilidade se conquistada com informação correta e denúncia. A Ugeirm, por uma década, jamais abdicou desses dois vetores para defender a aplicação da lei complementar federal 51/85. O policial civil gaúcho tem, afinal, direito de se aposentar com proventos integrais ao completar a regra 20 + 10. Essa conquista é nossa.

Nesse período, o sindicato manteve viva nossa luta, repetida em cada ofício, reunião, ou pauta de reivindicações. Contornamos primeiro julgamento esdrúxulo do TCE, de 2001, quando muitos policiais em licença-aposentadoria foram obrigados a voltar à atividade. Apostamos, em seguida, na solução administrativa para superar parecer da PGE (13.323), datado de 2002.

A aposentadoria especial estava na pauta da Ugeirm em 2003. O governo Rigotto esquivou-se, apontando “apoio à PEC Paralela”, que ainda tramitava no Congresso Nacional, como promessa de solução. Este documento, assinado pela Casa Civil e Secretaria da Justiça e Segurança (SJS), encerrou a última greve da categoria, em março de 2004.

A EC 47 (PEC Paralela) foi aprovada em julho de 2005. Nada aconteceu, frustrando expectativas. O sindicato cobrou a solução. O governo pediu para que provocássemos a PGE. Sem recusar alternativa, a Ugeirm



Palácio Piratini: Ugeirm cobra aposentadoria especial



Santa Maria: interior também se mobilizou pelo direito

elaborou subsídios juntamente com a Chefia de Polícia. O então titular da SJS, Omar Amorim, endossou a provocação. Mas a PGE pedalou a demanda.

“Sempre acusamos o fato de o governo se esconder atrás de uma orientação caduca e injusta. Mas não nos furtamos a percorrer o caminho institucional indicado”, relembra Isaac Ortiz. Por quê? Porque soluções administrativas são mais rápidas, têm amplitude e evitam litígios individuais que tramitam por anos a fio e nem sempre todos ganham. Vide os 19%.

## Enrolação

A ex-deputada federal Yeda Crusius defendia nossos direitos de aposentadoria quando estava no Congresso. Mas nada do que ela assinou teve validade quando chegou ao Palácio Piratini em 2007. Justo ela, que defendia regra específica para a mulher policial civil.

Fato é que Yeda também se escondeu atrás da PGE – instituição de origem de Flávio Vaz Neto, que ela escolheu para presidir o Detran e cujo processo de aposentadoria, com o réu preso, foi concluído 24 horas depois de iniciado.

Ao mesmo tempo em que sucessivos julgamentos no STF apontavam para a vigência da lei 51/85, seja em decisões monocráticas, acórdãos que julgaram a constitucionalidade de outras legislações ou mandado de injunção sem seguimento, a PGE se furtava a concluir nosso processo administrativo.

## Juízo final

Um recurso extraordinário com repercussão geral (RE 567110) foi enfim julgado no STF no segundo semestre de 2010. Não havia mais como a PGE alegar “grande contro-

vérsia” na matéria. Parecer revisado (15.361) foi concluído em outubro do ano passado. Parecia o fim da contenda. Ledo engano.

A Secretaria de Administração e dos Recursos Humanos (Sarh) alegou dúvidas em relação à aplicação do novo parecer. Queria saber se os proventos eram integrais e o que deveria fazer com as centenas de policiais aposentados que a PGE havia orientado a constranger direitos. A resposta, devastadora, se tornou conhecida no dia 18 de maio deste ano (veja box nesta página).



Novembro de 2008: milhares marcham em Porto Alegre



Rigotto enrolou, enrolou, enrolou e não cumpriu

## Como a Ugeirm cobrou a fatura política

18 de maio, 16 horas. A Ugeirm teve acesso ao novo parecer da PGE (15.463) com as respostas para a Sarh. A orientação era para negar proventos integrais, mantendo aposentadoria pela média.

Também não deveria ser revisada nenhuma aposentadoria concedida a partir do parecer caduco – que interpretou a lei 51/85 “à luz da Constituição”. A Suprema Corte nunca negou a regra 20 + 10.

O parecer 13.323 sempre esteve errado. A sandice interpretativa é uma exclusividade tão gaúcha como o bom chimarrão.

Dirigentes sindicais, assessores da Sarh, da Casa Civil, duas procuradoras da PGE e a secretária Stela Farias (Sarh) discutiram por horas. Tenso era o clima. Não havia tempo hábil para o sindicato reclamar análise jurídica de modo a contestar o caos que adviria do novo parecer. Era preciso ser firme. E rápido.

De um lado, a PGE defendeu interpretação do acórdão do STF “à luz da Constituição”. Do outro, Ortiz criticou orientações do órgão, apontando casos graves. “A PGE mandou não pagar os 19%. O Estado tem hoje milhões de precatórios. Vocês estão criando um novo monstro”.

Ao final, a sensação era de ter voltado à estaca zero. Mas os policiais, além do STF, tinham um trunfo político: declaração do então candidato Tarso Genro feita

na sede do sindicato. O Conselho de Representantes da Ugeirm se reuniu na semana seguinte. Foi aprovada paralisação, a ser realizada em 15 de junho.

## Xadrez político

O governo queria aprovar o “Pacotarso”, inclusive alterando regras previdenciárias, mas não encaminhava solução para os policiais que o próprio governador havia se comprometido a realizar se eleito. No xadrez da política, o

movimento de uma peça muda o jogo. Era essa a circunstância, que foi correta e imediatamente lida pela Ugeirm.

A novela da aposentadoria especial teve, portanto, capítulo decisivo em maio. O sindicato registra, por oportuno, competente interlocução da secretária Stela Farias. Se alerta tocou no Piratini, e ele deve ter tocado, é muito provável que Stela Farias tenha acionado a sirene após ter testemunhado aquela reunião.

# Policiais se aposentam com proventos integrais com regra 20 + 10

Decisão de aceitar proposta do governo foi criticada por parte da categoria, que continua a reclamar baixos salários

**Q**uando o governador Tarso Genro assinou, no início de julho, o decreto 48.136, os policiais civis puderam enfim acreditar no fim da novela da aposentadoria especial (ainda existem casos pendentes entre 2004 e julho de 2006). A conquista foi, compreensivelmente, considerada insuficiente por muitos. Mas a Ugeirm assinala ser erro transformar conquista em revés.

Cinco dias antes da paralisação aprovada pelo Conselho da Ugeirm se realizar, o governo fez proposta concreta. Acolheu a aposentadoria, criou 1.541 novas vagas de promoção e fez correção irrisória na quota mensal de horas-extras - que havia sido cortada no início do ano. Não havia nenhuma sinalização sobre reajuste salarial.

O governo disse ser um “gesto inicial de boa-vontade”, colocou as propostas no papel e pediu a suspensão da paralisação, respeitada a decisão do sindicato. A palavra “paridade” não aparecia num primeiro momento, mas foi incluída no documento do governo no dia 13 de junho por exigência da Ugeirm. Muitos, escaldados pelo palavrório de políticos, duvidaram do compromisso.

Mas a maioria optou pelo ceticismo responsável, dando um crédito de confiança. O Conselho da Ugeirm suspendeu a paralisação de 15 de junho. Não sem antes remeter ofício ao Piratini, reiterando o que havia sido falado durante audiência na Casa Civil: queremos discutir salário ainda em 2011 (veja matéria abaixo).

## Crítica é salutar

“Nós acolhemos a crítica, é nosso



5 de julho: cerimônia de assinatura do decreto de aposentadoria especial

dever. Nem sempre conseguimos unanimidade entre os diretores da Ugeirm, quanto mais entre todos os policiais. O sindicato precisa suportar o custo de seu protagonismo”, diz Fábio Nunes Castro, vice-presidente da Ugeirm.

“Não existe sindicato amiguinho de governo. O que existe é compromisso com a categoria. As decisões do Conselho, ao aprovar e ao suspender a paralisação de junho, foram acertadas”, acrescenta o presidente Isaac Ortiz.

Aprendemos com nossos erros, mas, no assunto aposentadoria, não era facultada ao sindicato a hipótese de errar. O sindicato não pode atentar contra direitos da categoria, nem colocá-los em risco. Os policiais gaúchos devem celebrar a conquista, jamais menosprezá-la.

## Equívocos

Alguns disseram que o governo “deu o que o STF já havia decidido; deu o que estava ganho; o sindicato aceitou migalha”. Mas a reclamação judicial, último recurso a ser adotado, é longa.

Pode-se discordar com veemência, pode-se até mesmo confiar na vitória nos tribunais, mas é um erro grave ignorar a disposição francamente litigante do parecer 15.463 da PGE. O decreto do Executivo gaúcho tem o mérito de ignorá-lo.

Também não convém esquecer que policiais paulistas e mineiros não se aposentam pela lei 51/85. Ainda há estados que não resolveram a aposentadoria especial. Há policiais com ações individuais na Justiça pelo país afora.

## Quanto vale a aposentadoria especial?



Comissário Hilário Olmar da Silva

O contracheque do comissário Hilário Olmar da Silva dimensiona o que o Estado, ao seguir orientação da PGE, foi capaz de cometer contra o policial aposentado. Às vésperas de ter seu benefício revisado, ele estimava cerca de três mil reais de diferença em sua aposentadoria. É um caso extremo, mas vale conhecer.

Ele aposentou-se após cumprir 30 anos em atividade de risco em meados de 2006. Foram 18 anos no Deic, além de distritais de Porto Alegre, Pinhal e Imbé. Não percebeu proventos da matriz salarial depois de aposentado. Dois exemplos: em 2009, 11%. Ele? Nada. Em 2010, 12,3%. Ele? Nada.

Hilário também não havia recebido duas parcelas – de um total de seis - referentes à incorporação de uma FG que os comissários tiveram em 2010.

Ele integrava ação coletiva da Ugeirm referente aos 19%. Houve ordem judicial para implante em seu contracheque em 2008. Aposentado pela média salarial, a PGE orientou o Estado a não efetivar o implante. Sem integralidade, Hilário também não recebeu o pagamento administrativo dos 19% feito por Yeda.

Ao saber que alguns criticavam a “migalha” conquistada, Hilário fez o seguinte comentário. “Todas as conquistas do sindicato são importantes. Nenhuma vitória é migalha. Quem diz isso certamente não passou nem perto do que eu passei depois de quase 30 anos na Polícia Civil”.

## Pauta de reivindicações de junho

A pauta de reivindicações da paralisação de junho incluía aposentadoria, promoções, reajuste salarial, plano de carreira, horas-extras e convocação de todos os aprovados para a Acadepol. A paralisação foi agendada para o dia 15 de junho.

O governo atendeu integralmente os dois primeiros itens, disse não ser possível tratar sobre salário, restabeleceu quota mensal de hora-extra cortada em janeiro e prometeu iniciar a formação dos policiais, conforme edi-

tal, em 2012. A paralisação foi suspensa.

No dia 16 de junho, dentro da sede da Ugeirm, teve início a construção de movimento unificado por reajuste emergencial de policiais civis e militares. O sindicato alertou o governo que era necessário tratar sobre salário.

No dia 20 de julho, os conselhos de representantes Ugeirm, Abamf e ASSTBM se reuniram na Assembleia Legislativa. Aprovaram pauta reivindicando 25% de reajuste emergencial e aporte de 400 milhões de reais na

matriz salarial. Em seguida, as categorias ocuparam o saguão do Palácio Piratini.

As negociações salariais tiveram início em agosto. Como se sabe, o governo encerrou unilateralmente o diálogo, batendo o martelo na proposta de 91 reais sobre o vencimento básico, em duas parcelas, para policiais civis e militares. A Ugeirm não aceitou. Por isso, a paralisação aprovada para os dias 28 e 29 de setembro foi mantida.

# Câmara tem ameaça contra aposentadoria especial

Projeto de lei complementar 554 revoga regra 20 + 10 e constringe integralidade e paridade

Tramita na Câmara dos Deputados, desde 2010, projeto que revoga a lei complementar federal 51/85, que o Executivo gaúcho decidiu aplicar, sem restrições, após longa batalha nos pampas. É o PLP 554, que implica grave prejuízo de direitos para todos os policiais civis brasileiros, federais e rodoviários federais inclusive.

**A** proposta foi encaminhada pela Presidência da República. Estabelece idade mínima, aumenta o tempo de contribuição para a aposentadoria “especial” e, pior ainda, estabelece o fim da integralidade e da paridade entre ativos e inativos. Se o PLP 554 fosse sancionado hoje, todos os policiais em atividade não poderiam se aposentar pela regra 20 + 10 e demais direitos garantidos na lei 51/85.

O STF já julgou que o direito de aposentadoria existe no momento da inativação. Os policiais que estão em atividade, com qualquer tem-

po de serviço, têm hoje a “expectativa” de se aposentar nos termos da lei 51/85. Se esta lei for revogada, salvo melhor juízo, valerá a nova regra aprovada. O PLP 554, portanto, constitui em grave ameaça de direitos.

### Integralidade e paridade

Na proposição, o governo cuida de explicitar que os direitos de integralidade e de paridade devem ser os trazidos pela redação que a EC 41/03 trouxe para parágrafos 3º, 8º e 17º do artigo 40. Ou seja, a ideia é retirar direitos que, nos casos de servidores que exercem atividade de risco, encontram-se ressalvados



PLP 554/10, que tramita na Câmara pretende revogar lei complementar 51/85

no parágrafo 4º do artigo 40.

Não é por outra razão que o último parecer da PGE (15.463), ignorado pelo Executivo gaúcho, faz expressa referência ao PLP 554 ao ne-

gar direitos da lei 51/85. Tal proposta hoje não está para ser votada pela Câmara. Precisar-se-á, se aprovada pelos deputados federais, de apreciação do Senado da República

antes de ser, eventualmente, sancionada pela Presidência da República.

Mas é bom ficar de olho na tramitação dessa proposta. É um risco para os policiais.

## O que os aposentados devem fazer

O Estado não irá pagar, administrativamente, os valores retroativos de quem se aposentou pela regra 20 + 10, mas que teve negados, ao longo de quase uma década, os direitos de integralidade e de paridade. Será preciso ajuizar ações judiciais individuais para reclamar tais direitos.

**A** Ugeirm vai, oportunamente, elaborar orientações específicas para quem já teve o valor do benefício mensal corrigido por expediente administrativo. É importante que os aposentados mantenham seus cadastros (endereço e telefone) atualizados junto ao sindicato para facilitar o contato.

Há peculiaridades que precisam ser avaliadas pela assessoria jurídica do sindicato, entre elas o tempo trabalhado a mais. Há policiais que, para evitar eventual prejuízo de direitos, foram forçados a cumprir a regra geral dos servidores públicos, que combina idade mínima (60 anos, se homem)

e tempo de contribuição (35 anos, se homem). Existem outros que ingressaram com ações judiciais, às vezes exitosas, reclamando proventos da matriz salarial.

### Casos pendentes

O governo se comprometeu a readequar o decreto (48.241) que dispõe sobre a revisão administrativa dos benefícios mensais de aposentadoria. Até o fechamento desta edição, em 31 de outubro, o Palácio Piratini não tinha efetivado o compromisso firmado com o sindicato. A Ugeirm considera serem esses casos os mais urgentes.

Ainda não foram revisados os proventos de quem se aposentou entre janeiro de 2004

e julho de 2006. “São justamente os policiais que estão há mais tempo amargando prejuízos. Tais casos precisam ser revisados imediatamente. A Ugeirm está cobrando com insistência tal compromisso e quer acreditar que o problema estará saldado em curto prazo”, diz Isaac Ortiz.

O sindicato também quer que a readequação de benefício, com integralidade e paridade, seja extensiva àqueles que se aposentaram por invalidez. “Também são casos extremos, até porque o policial está enfrentando um problema de saúde e tem despesas diversas. Temos atividade de risco e os policiais não podem ser punidos se adoecerem”, finaliza Ortiz.

## Filiados da Ugeirm não precisam cumprir cinco anos

A Ugeirm teve segurança concedida em mandado coletivo para impedir que o parecer 14.608, da PGE, seja aplicado aos policiais civis filiados ao sindicato. Investigadores, escrivães, inspetores e comissários que fazem parte do quadro de associados não precisam cumprir cinco anos na última classe para ter o direito de se aposentar com o último salário.

O Estado já foi notificado da decisão judicial e a tem cumprido. O mérito da decisão ainda não foi julgado, mas o sindicato confia na manutenção do entendimento do TJ/RS, que decidiu acolher o mandado de segurança ajuizado pela Ugeirm e afastar a restrição de direitos orientada pela PGE.

Em suma, a PGE confunde cargo com classe, bem como se dispõe a ignorar diferença entre cargo de provimento originário (por concurso público) e derivado (por promoção), porque comissários de Polícia são o final de carreira de inspetores e escrivães.

No voto favorável aos policiais, ressalta-se que há “necessidade de distinção entre os modos originário e derivado de provimento de cargos públicos. Como a ascensão funcional [...], através de promoções por antiguidade ou merecimento, constitui modo derivado de provimento de cargos públicos, não incide a exigência de cinco anos no cargo para o qual o servidor tenha sido promovido para obtenção de aposentadoria voluntária”.

## Sindicato denuncia insuficiência do valor das diárias

A Ugeirm encaminhou expediente para reclamar reajuste nos valores de diárias que deveriam indenizar despesas com hospedagem e alimentação de policiais. O Estado paga entre 65 reais e 72 reais para quem é convocado a se deslocar para o litoral ou outras cidades do interior, inclusive a região da serra, mas o valor de diárias de hotel tem média superior 150 reais, chegando a 250 reais na serra.

O expediente do sindicato também observa necessidade do crédito antes do deslocamento, e não com atraso, como é costume acontecer inclusive em atividades com prévio planejamento, como a Operação Verão. "As diárias têm que ser reajustadas em mais de 100%, os valores que pagam hoje são absurdamente baixos", reclama Isaac Ortiz, presidente da Ugeirm.

Foram encaminhados ofícios ao governador Tarso Genro, ao chefe da Casa Civil, Carlos Pestana, ao secretário de Segurança Pública, Airton Michels, e ao chefe de Polícia, delegado Ranolfo Vieira Júnior. O sindicato pesquisou preço de diárias de hotéis em diversas cidades do litoral. Os valores apurados são os de baixa temporada e tendem a sofrer acréscimo nos meses de verão.

"Não pode o Estado convocar policiais para trabalhar nessas condições. Com as diárias de hoje, os agentes precisam pedir favores, ou se instalam em sub-habitações, quando não se acomodam em cartórios de delegacias ou escolas, que não têm alojamento adequado, não têm nem banheiro direito. São cortiços. E não se pode nem pensar em alugar imóvel por temporada no verão, porque os valores são ainda mais altos", diz Ortiz.

Não bastassem os valores serem irrisórios, os policiais convocados para reforços no litoral não recebem diárias antes do deslocamento. "As pessoas têm que deslocar sem dinheiro nenhum. Isso precisa ter um fim", acrescenta o secretário-geral da entidade, Edgard Costa Filho.

# Policiais gaúchos protestam pelo piso nacional na Expointer

Categorias pressionam União a aprovar piso salarial nacional para policiais brasileiros

Fotos: Daniel Pacheco

Policiais civis e militares realizaram, em setembro, protesto por melhores salários na Expointer, que recebeu à época a visita da presidente Dilma Rousseff. As categorias defendem a aprovação da PEC 300/446, que cria o piso salarial nacional para os policiais brasileiros.

**A** concentração foi na porta principal do parque de exposições e a entrada dos manifestantes na feira só foi autorizada posteriormente. Faixas, bandeiras, carro de som e buzinação tiveram por objetivo chamar a atenção da sociedade gaúcha e sensibilizar a presidente.

Um clone de Dilma Rousseff chamou a atenção dos visitantes. A manifestação foi noticiada por veículos com repercussão nacional, tais como o noticiário online da Folha de São Paulo, da Agência Estado e do Portal do Terra, além de mídias com expressão regional.

A presidente articula junto a governadores e sua base aliada no Congresso Nacional a tentativa de sepultamento da matéria. Agora, alega a crise global e diz que a PEC representa uma bomba para as contas do governo.

O argumento da bomba fiscal é falso. Não só o valor do piso não está definido na proposta que tramita na Câmara como um fundo contábil deverá ser criado para ajudar estados em dificuldades financeiras. Dilma deve ser cobrada pelo legado que a Copa deve deixar na área da segurança pública: nada foi feito até agora.

A presidente, que costuma tratar crimes como malfeitos, deve saber que existem instituições e servidores públicos que trabalham diuturnamente para combater os malfeitos: são os policiais brasileiros, que reclamam justa valorização de suas carreiras e salários.



Ugeirm e policiais militares foram à Expointer cobrar Piso Nacional à presidente Dilma



### Manobras petistas

O governo federal constrange a votação, em segundo turno, do piso salarial nacional para policiais civis e militares na Câmara dos Deputados. Todas as lideranças partidárias já assinaram o requerimento para dar acordo à votação da matéria, com exceção do líder do PT, Cândido Vaccarezza.

O líder petista fez campanha eleitoral para se reeleger deputado federal em São Paulo reivindicando paternidade no texto de acordo para possibilitar a aprovação do piso. Ou seja, aproveitou-se do

assunto para angariar votos de policiais paulistas. Agora, foge do assunto como se nada tivesse sido dito.

Os policiais gaúchos não puderam se aproximar da presidente durante o evento na Expointer. Embora a mobilização em torno da PEC 300/446 tenha diminuído ao longo do segundo semestre, os policiais brasileiros não devem deixar de tê-la como importante norte de valorização. Ao lado da Cobrapol, a Ugeirm está em permanente vigilância para que esta conquista se efetive para a categoria.

## Revogado decreto do corte de ponto

O decreto de decrepito, 45.959/08, foi revogado. A medida autoritária, imposta no governo anterior, determinava o corte automático do ponto de servidores públicos que fizessem greve, paralisação ou que participassem de qualquer atividade sindical. A Ugeirm cobrou a revogação no primeiro documento encaminhado após a posse do novo governo. Esta é uma conquista do direito de organização dos policiais, liderada pela denúncia da Ugeirm.

A revogação está no decreto

48.390/11. A medida arbitrária, para quem não se lembra, foi instituída por Yeda Crusius como presente ao funcionalismo pelo Dia do Servidor Público, em 28 de outubro de 2008. Foi uma tentativa de frustrar a paralisação de policiais civis que aconteceria em novembro daquele ano. Colegas que participaram de caminhada pacífica em Porto Alegre em 17 de novembro de 2008 também tiveram o ponto cortado.

Ao todo, cerca de 270 policiais

tiveram até quatro dias de ponto cortado. O sindicato conseguiu anistia na Assembleia Legislativa, mas Yeda vetou a medida. Em seguida, os parlamentares venderam suas convicções e votos por emendas parlamentares e nomeação de CCs no governo, mantendo o veto. A Ugeirm representou todos os policiais alvos da fraude na efetividade. Após mais de um ano do corte, ganhou todos os processos administrativos. Tal fato contribuiu para a revogação do decreto autoritário.

# Ugeirm quer todos os aprovados com formação na Acadepol

Déficit de efetivo justifica que todos os estimados 800 novos policiais concluem última etapa do concurso

Eles estão prontos para diminuir o imenso déficit de efetivo que a Polícia Civil tem. Seriam necessários 11 mil policiais, mas temos apenas a metade disso. As próximas turmas de inspetores e escrivães estão ansiosas com a demora do desfecho do concurso, mas mobilizadas ante a falta de garantia consistente de que todos serão convocados à formação da Acadepol no início de 2012.

Nos últimos meses, os futuros policiais participaram de inúmeras audiências e atividades promovidas pela Ugeirm: é o Movimento dos Aprovados da PC/RS. A expectativa de todos era de início imediato das aulas, mas o governo não alterou previsões de seu calendário, janeiro de 2012, embora mantenha a segurança pública entre suas alegadas prioridades de gestão.

Os aprovados já mantiveram contatos com a Chefia de Polícia, com integrantes do Executivo no Palácio Pi-

ratini e com representantes do Legislativo na Assembleia. Já se integraram em diversas atividades do sindicato, inclusive na paralisação de setembro e em encontros da categoria no interior.

## Visibilidade

Na capital, eles também realizaram campanha de doação de sangue e de distribuição de panfletos, chamando atenção da sociedade e da imprensa.

“O concurso é longo e nosso efetivo é baixíssimo. Não faz sentido, nem do ponto de vista econômico, não convocar todos imediatamente para a formação na Acadepol. Precisamos deles. Há cerca de 150 DPs com um ou dois policiais lotados. A falta de efetivo se espalha por todo o interior, região metropolitana e capital”, diz Fábio Castro, vice-presidente da Ugeirm.

Até agora Palácio Piratini confirmou o chamamento de 500 novos agentes em janeiro de 2012 e apenas sinalizou sobre a hipótese de convocar todos os aprovados. A Secretaria



Movimento dos Aprovados participa de protesto no Palácio da Polícia em setembro

de Segurança Pública já informou o governo sobre o aumento nos pedidos de aposentadoria, que devem se ampliar após a publicação de lista de promoções no final do ano.

A Ugeirm apurou, oficialmente, que 666 policiais terão deixado a instituição entre janeiro e dezembro de 2011. Centenas têm tempo para se aposentar, mas aguardam a lista de promoção do final do ano. É seguro projetar que, até o final do curso da Acadepol, mais de 800 terão se aposentado.



Aprovados promovem doação de sangue em Porto Alegre

## Três policiais são mortos em menos de três meses

Entre o final de julho e o início de outubro, três policiais civis foram mortos no Rio Grande do Sul. O número é alarmante, mas a categoria segue sem a devida valorização na carreira. O presidente do sindicato também reclama alterações para reconhecer morte em serviço, de modo que as famílias de policiais não sejam duplamente punidas.

Em Caxias do Sul, o inspetor Luís Antônio de Medeiros Mattos, 42 anos, foi alvejado por tiros quando cumpria uma averiguação por tráfico de drogas. Ele não resistiu aos fe-

rimentos. O crime aconteceu no início de outubro e chocou os policiais caxienses. Na mesma ocorrência, o delegado Marcelo Grolli ficou ferido.

Com apenas 29 anos, Diego Veiga dos Santos, cerca de um mês antes, em setembro, foi morto a tiros num posto de gasolina na BR 290, em Cachoeira do Sul. Ele era lotado em São Sepé, mas estava como cliente no posto da cidade vizinha durante um assalto. Ao reagir, tornou-se alvo dos criminosos.

No final de julho, Vicente Zauri da Silva, 62 anos, reagiu a um assalto em Porto Alegre

e também não resistiu aos tiros disparados contra ele. No momento da ocorrência, ele estava na companhia do filho, de 11 anos, que felizmente conseguiu fugir.

“O objeto de serviço não é somente durante o expediente. Policial é policial o tempo todo, deve proteger a sociedade mesmo quando está de folga”, frisa Ortiz. O sindicato manifesta profundo pesar pela morte dos colegas e sublinha sua mensagem de conforto aos familiares e também aos colegas que trabalharam com os três policiais assassinados.

## Policial do Denarc é baleado por P2

Um agente policial foi baleado pela P2 em Canoas. O Denarc estava em investigação na região metropolitana. Os agentes notaram que um carro, sem identificação da Brigada Militar, seguia a viatura discreta da Polícia Civil. Ligaram o giroflex.

O Fiesta da P2 deu ré, manobrou um cavalo de pau e seguiu por ruas que não levam a nenhum batalhão, mas por becos da periferia de Canoas. “Por que a P2 fugiu quando nosso pessoal ligou o kojac? Por que se enfiou na vila?”, questiona um agente do Denarc.

Dois inquéritos - um conduzido pela 3ª DP de Canoas e outro aberto pela Brigada Militar - vão apurar os fatos. O presidente da Ugeirm, Isaac Ortiz, entende que a P2 trabalha sem controle. “Isso precisa ter fim e até o governador já disse que eles não fazem o que deveriam fazer”.

Não será surpreendente se a P2 se desdobrar em versões para explicar o tiro que poderia ter matado um policial civil. Os policiais militares teriam sido acionados para verificar uma denúncia anônima do 190. De bermuda e em viatura discreta? Um coronel disse que a P2 era a unidade que estava mais próxima.

# Ugeirm cobra providências para plantão de Santa Maria

O presidente da Ugeirm, Isaac Ortiz, e o secretário-geral da entidade, Edgard Costa Filho, mantiveram audiência com o deputado Valdeci Oliveira (PT), para reclamar pedido de providência urgente na DPPA de Santa Maria.

“Temos outros lugares que têm problemas, mas Santa Maria apresenta as piores condições de funcionamento de um plantão do Rio Grande do Sul. Os policiais que trabalham lá não merecem isso, muito menos a sociedade que procura atendimento”, relata Edgard Costa Filho.

O prédio da DPPA é pequeno, insalubre e inseguro. Existem três guichês de plantonistas. Há vazamentos de água. O barulho ininterrupto de impressoras matriciais agrava, e muito, a condição de atendimento.

O xadrez não está com isolamento adequado dos demais ambientes, portanto é inseguro. “Não faz muito tempo, houve um dia, salvo engano uma sexta-feira, em que havia 18 pessoas no xadrez. Foi um dia de caos”, relembra Ortiz.



Diretores da Ugeirm mantêm audiência com deputado Valdeci Oliveira (PT)

## Ação emergencial

O Ministério Público já fez visita às instalações da DPPA de Santa Maria. Em sua vistoria, entendeu que o local não apresenta condições para o funcionamento de uma delegacia.

“O plantão é a porta de entrada,

é o primeiro contato da sociedade procura pelo atendimento da Polícia Civil. A gente quer solução e não descartamos a hipótese de pedir a interdição do prédio ao próprio Ministério Público. Mini-reformas não dão jeito na DPPA de Santa Maria”,

sustenta o presidente do sindicato.

Para a Ugeirm, o Estado precisa local, de forma emergencial, um prédio que tenha condição mínima de uso até que o imóvel próprio, definitivo e concebido para ser uma Delegacia de Polícia, seja destinado à Polícia Civil de Santa Maria.

“Nós já comunicamos esse problema à Chefia de Polícia e estamos também levando a questão para o deputado Valdeci Oliveira, que é de lá, tem interlocução com o Executivo e pode ser testemunha do que estamos dizendo”, acrescenta Edgard Costa Filho.

Valdeci Oliveira disse que irá gestionar por solução após contatos com o delegado regional de Santa Maria e com o secretário de Segurança Pública, Airton Michels. Ele também se comprometeu a encaminhar a demanda em demais áreas do Executivo, para que a solução mais rápida seja encontrada.

## Ugeirm visita DPs do Interior



Uruguaiana



Caxias do Sul



São Jerônimo

## Sindicato defende isenção fiscal para compra de armas e computadores

A Ugeirm manteve audiência com o deputado estadual Jefferson Fernandes (PT) para reclamar encaminhamento de projeto de lei com isenção fiscal para que o policial possa comprar armas e computadores de uso pessoal.

O sindicato busca a interlocução de parlamentar da base do governo porque é o Executivo que precisa encaminhar o projeto de lei. O parlamentar se comprometeu a encaminhar a demanda. “A gente tenta há anos conseguir aprovar uma medida simples, mas até hoje não fomos ouvidos”, explica Isaac Ortiz.

“A proposta é isenção de impostos estaduais, notadamente o ICMS. Do ponto de vista da arrecadação, a renúncia fiscal seria irrisória”, explica o diretor financeiro da Ugeirm, Cláudio Abel Wohlfahrt, que participou da audiência. Para o policial que tem interesse em comprar segunda arma, o ICMS é pesado. A alíquota é de 25%.

## Benefício fiscal

Faz sentido cobrar alto imposto se o interesse é diminuir a quantidade de armas em circulação. Mas isso não se



Deputado Jefferson Fernandes (PT) recebe demanda da Ugeirm

aplica a quem, por lei, tem direito de porte, tem atividade de risco e, muitas vezes, sofre ameaça de morte. A renúncia fiscal também pode ser aplicada para algemas, spray de pimenta e outros artigos com venda restrita ou controlada.

A Polícia Civil, muitas vezes, não oferece a arma que o policial tem melhor manejo, ou preferência por uso. Pistolas automáticas são exceções, não a regra. O Estado teria, ademais, ganho

indireto na atividade policial.

“Computador há muito tempo não é luxo, mas uma necessidade, além de também ser ferramenta de investigação. Muitos policiais não têm computador em casa. Ou têm máquinas antigas, ultrapassadas, e gostariam de ter uma mais moderna, com mais memória e mais velocidade. Mas o nosso salário é baixo. Então, o benefício fiscal se justifica”, completa Wohlfahrt.

# Chefia de Polícia determina retirada de campanhas

Delegados em duas cidades do interior instalaram campanhas para se comunicar com agentes

A Ugeirm levou ao conhecimento da Chefia de Polícia circunstância insólita acusada por agentes policiais de Santiago e de Uruguaiana. Delegados nessas duas cidades instalaram campanhas em suas mesas para se comunicar com agentes policiais. O sindicato foi informado de que houve determinação para a retirada das mesmas.

“É um desrespeito com os agentes. Existe o trato pessoal e também ramais telefônicos que podem e devem ser usados. A instalação das campanhas não pauta a relação de respeito recíproco que deveria existir entre agentes e delegados. Ao contrário, é constrangedora e assinala procedimento que insulta os agentes”, reclama o diretor-financeiro da Ugeirm, Cláudio Abel Wohlfarth.

O vice-presidente da Ugeirm, Fábio Nunes Castro, entende que casos desta natureza – bem como outro, recente, onde um delegado referiu-se



Campanhas para chamar agentes estão proibidas pela Chefia de Polícia

a agente policial como “ameba” – ensejam a necessidade de aprovar lei que tipifique e puna o assédio moral em relações de trabalho. “A hierarquia funcional não pode ser usada para constranger, para humilhar, para desrespeitar. É preciso punir esses abusos, porque a sanção terá função didática”.

Muitos agentes evitam encaminhar reclamações por medo de represálias.

### Cumpra-se a lei

Também é comum o assédio de agentes policiais para que cumpram atribuições de delegados de polícia. Relatórios de inquérito e a presença

de delegados em todos os feitos onde é demandada sua presença precisam se tornar rotina.

No Rio Grande do Sul, agentes policiais, que não recebem substituição, ainda são instados a levar procedimentos prontos para que delegados apenas assinem. Também não são remunerados por exercer atividades de chefias de cartório ou de investigação. Isso precisa mudar

A Cobrapol prepara campanha nacional para que os agentes policiais cumpram a lei. Não se trata de investida hostil a nenhuma categoria, mas de valorização dos agentes policiais e indicação de atribuições exclusivas de delegados de polícia. A Ugeirm já elaborou procedimentos na “Operação Legal”.

“Entendemos que essas questões são uma tarefa permanente, continuada”, frisa Fábio Castro, vice-presidente da Ugeirm. O sindicato também teve notícia recente de que delegados em estágio probatório estariam exigindo relatórios de inquérito e outros feitos que são de sua alçada a agentes policiais.

## Efetivo em Caxias preocupa policiais e vereadores

A Ugeirm participou de audiência com o secretário de Segurança Pública, Airton Michels para tratar da situação de Caxias do Sul. Além dos diretores Fábio Nunes Castro, Edgard Costa Filho e Neiva Carla Beck Leite, também participaram da reunião a policial Fátima de Lourdes Silva Guedes Signore, lotada em Caxias e representante da Ugeirm, e os vereadores Denise Pessôa (PT) e Renato Nunes (PRB).

Os parlamentares expuseram suas preocupações e trataram de diversos temas envolvendo a segurança pública em Caxias do Sul, incluindo a situação dos presídios e violência nas escolas.

Os vereadores e os policiais presentes também reclamaram aumento do efetivo e a instalação de mais uma delegacia na cidade. No início de outubro, o inspetor Luís Antônio de Medeiros Mattos foi morto durante



Ugeirm, policiais e parlamentares de Caxias do Sul levam queixa ao Secretário Michels

averiguação de tráfico de drogas, fato que abalou os policiais caxienses e a sociedade local.

### Situação aguda

Antes do reconhecimento da apo-

sentadoria especial, em julho, Caxias do Sul tinha 107 policiais lotados, mas o efetivo previsto é em torno de 200 agentes. Eram 240 policiais em toda a 4ª região - a segunda mais populosa depois da capital e região metropoli-

tana - em julho deste ano.

“Com as promoções do final do ano, mais pessoas vão se aposentar. Calculo que vamos ficar com uns 80 policiais ou menos. Falta efetivo em toda a região. Tem apenas um colega lotado em Nova Roma do Sul. Antônio Prado tinha sete e agora está com três policiais”, conta Fátima, que é representante do sindicato na região.

A falta de efetivo em Caxias do Sul há tempos é reclamada, mas o problema agora é muito agudo. A Ugeirm defende a convocação de todos os aprovados, sem exceção, para a Academia de Polícia Civil, preferencialmente antes de janeiro de 2012.

“Nós também defendemos a realização de concursos regionalizados, pois eles contribuem para fixar os policiais em suas próprias regiões”, finaliza Fábio Castro, vice-presidente da Ugeirm.

## Colônia de Férias

Estão abertas as inscrições para a Colônia de Férias da Ugeirm em Balneário Pinhal. O prazo para requerer a quinzena de interesse nos meses de verão e o quarto se encerra no final de novembro. Também podem ser reservadas vagas para a instalação de barracas de camping. As inscrições podem ser feitas na sede do sindicato ou por telefone (3225-1707, tratar com Rozinha). O sorteio acontece no dia 7 de dezembro, às 15h30, na sede do sindicato.

# Protesto de bombeiros incendeia Rio de Janeiro

Governador Sérgio Cabral prende manifestantes, mas população decide apoiar bombeiros com o pior salário do país.

**C**erca de dois mil bombeiros do Rio de Janeiro, onde o salário líquido inicial era de 950 reais em junho deste ano, realizaram protesto que repercutiu no país inteiro. Da Assembleia Legislativa fluminense, eles seguiram até à sede do comando central da corporação. “É nossa casa”, reclamavam. Deu-se, em seguida, uma das mais desastradas e truculentas ações de Sérgio Cabral, que quis endurecer o jogo.

Primeiro, o governador determinou que o Batalhão de Choque e o Bope invadissem a sede do comando central, que virou uma praça de guerra. Do lado de fora, na rua, populares apoiavam os manifestantes. O comandante da corporação foi exonerado. Cerca de 450 bombeiros foram presos e, nas 48 horas seguintes, nem a Justiça havia sido notificada das prisões.

A Corregedoria da corporação não permitiu que comissão da OAB acompanhasse as circunstâncias da prisão. Também não foi autorizado o acesso da imprensa ao local. “São vândalos irresponsáveis”, vociferava o governador, que teve amplo espaço na mídia para acusar quem, na verdade, era vítima do Estado.

Relatos dão conta de que o primeiro local de detenção não tinha colchões, nem chuveiros suficientes, tampouco material de higiene mínimo, tais como

sabonetes e escovas de dentes. Os presos não tinham roupas. Familiares não podiam ter contato com os eles, nem levar comida. Tudo isso aconteceu sem que o governo do Rio abrisse nenhum canal de negociação sobre reajuste salarial.

## Endurecimento

Sérgio Cabral determinou a abertura de processos administrativos contra os bombeiros, que poderiam ser punidos, inclusive, com a demissão do serviço público. Não satisfeito, o governador determinou ainda instauração de inquéritos criminais para apurar suposta quebra de hierarquia, incitação à desordem e outros entulhos autoritários da lei.

Mas quem não foi preso voltou, juntamente com familiares de bombeiros, para a entrada da Assembleia Legislativa, com faixas e megafones. Os atendimentos ficaram restritos a casos de emergência. Ficaram extremamente limitados os trabalhos de guarda-vidas nas praias cariocas.

Ao mesmo tempo em que parlamentares estaduais e federais acusavam a necessidade de negociação, a sociedade carioca rapidamente percebeu que os bombeiros eram vítimas. E o governador que havia decidido “endurecer” contra os manifestantes começou a perder a batalha da opinião pública.



Bombeiros ocupam quartel da corporação no Rio de Janeiro

## Protesto na orla

Na semana seguinte à reação irada do governador, Cabral começou a perder a batalha da opinião pública. Artistas, entre eles Wagner Moura e Elizabeth Savalla, gravaram depoimentos em defesa dos bombeiros. Os vídeos fizeram furor no YouTube.

Os bombeiros constituem uma corporação pouco numerosa, mas milhares de cariocas foram para a rua apoiá-los no final de semana seguinte. A Ugeirm também

estava lá, até porque era momento de reforçar a luta pela PEC 300/446.

O sindicato constatou que, além dos populares na rua, diversos moradores da orla estenderam tecidos vermelhos de suas janelas. Era inequívoco o apoio para os bombeiros. Cabral teve que se recolher à sua insignificância arbitrária.

A luta por melhores salários está longe de terminar. Os bombeiros queriam salário inicial de dois mil reais e vale-transporte. O governo concor-

dou apenas em antecipar um reajuste de 1% ao mês, que seria parcelado até dezembro deste ano, para o mês de agosto.

Era, todavia, preciso extinguir as ações administrativas e criminais que estavam em curso por ordem do governador. Tanto a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro como o Congresso Nacional, em Brasília, encaminharam anistia para todos os “vândalos irresponsáveis”. Os bombeiros conseguiram, portanto, extinguir toda e qualquer punição.

## E o legado para a Copa?

Governo federal e governos estaduais gostam de dizer que grandes eventos esportivos precisam deixar um legado para a população. Os estádios, que em diversas cidades estão sendo erguidos ou reformados com dinheiro público, não são a parte mais importante. Há dificuldades com a rede hoteleira para receber os turistas. Ninguém se arrisca a dizer que as obras dos aeroportos estarão concluídas.

Enquanto isso, seguem ações de despejo e remoção

de moradores pobres para “limpar” a área que estará nas TVs de todo o planeta. Porto Alegre é um exemplo de que nada avançou, de fato, no quesito mobilidade urbana. E quais são as iniciativas para, de fato, deixar um legado para a segurança pública do país.

A presidente Dilma Rousseff articula todos os esforços possíveis e imagináveis para evitar a votação da PEC 300/446 no Congresso Nacional. Falta dinheiro, dizem, com supostos impactos orçamentários que a sociedade

brasileira não teria condições de suportar. Enquanto isso, ideias mirabolantes estão sendo “estudadas” no âmbito do Ministério da Justiça.

O governo federal estuda, pasmem, legalizar o bico de policiais durante a realização dos eventos, sobretudo nos estádios e nas áreas de entorno. Por outro lado, circulam informações na imprensa internacional de investimentos vultosos na área de segurança privada para garantir a segurança de atletas e turistas.



Ugeirm: apoio à luta dos bombeiros pelo Piso Nacional